



## Notícia do mês

**CE quer apressar acordo com Mercosul** - A Comissão Europeia (CE) está "plenamente comprometida" a concluir neste ano um acordo de associação entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, informaram fontes da organização. A declaração foi motivada pela chegada a Bruxelas do novo presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde, ex-presidente da Argentina.

Segundo essas fontes, as discussões entre Mercosul e a UE estão em um momento "delicado" e o sucesso das negociações será uma importante mensagem para a terceira cúpula de chefes de Estado e do Governo da UE, da América Latina e do Caribe que se realizará nos próximos 28 e 29 de maio na cidade mexicana de Guadalajara. *Gazeta Mercantil., 12 maio 2004*

### As principais pendências entre o Mercosul e a UE

<p><b>Agricultura:</b> Europa ofereceu abrir seu mercado de Produtos Agrícolas Processados – PAPS – uma oferta que poderia aumentar as exportações do Mercosul em cerca de US\$ 2,9 bilhões</p>	<p><b>Impasse:</b> o Mercosul acha pouco e contrapõe com uma oferta de maior abertura de seu mercado de PAPS e além disso se analisa que a medida terá pouco efeito, porque quando os produtos têm mais de 60% de açúcar, leite e cereais, ficam fora da liberalização</p>
<p><b>Bens Industriais:</b> O Mercosul ofereceu abrir 900 linhas tarifárias, mas nada disse sobre outras 1.300.</p>	<p>Os europeus querem uma oferta mais ambiciosa</p>
<p><b>Compras Governamentais:</b> O Mercosul oferece transparência, ou seja, dizer quais os editais, como será comprado, o que pode ser nacional ou não.</p>	<p><b>Impasse:</b> Os europeus pedem acesso ao mercado de licitações, o que o Mercosul não aceita.</p>
<p><b>Serviços:</b> O Mercosul ofereceu acesso a telecomunicações e serviços profissionais</p>	<p><b>Impasse:</b> Além desses setores os europeus querem acesso a serviços financeiros e transporte marítimo</p>
<p><b>Investimentos:</b> Os europeus querem garantias jurídicas, já que o acesso ao Mercosul está praticamente liberalizado</p>	<p><b>Impasse:</b> O Brasil não tem acordos firmados nesse tema (os 13 que haviam sido assinados pelo governo anterior ainda não haviam sido ratificados pelo Congresso e foram retirados pelo governo atual)</p>

promoção



Coordenadora de Centrais  
Sindicais do Cone Sul

edição



Consultoria Econômica Social Integrada

A UE pede uma abertura maior do Mercosul para bens industriais e acesso a mercado em serviços e investimentos. Mas tudo leva a crer que, nessas duas últimas áreas, o problema é menos abrir o mercado, já bastante liberalizado, e mais ter regras definidas que dêem segurança jurídica aos investidores estrangeiros (no caso, os europeus).

Os negociadores do Mercosul continuam achando insuficiente a oferta europeia, como é natural e inevitável em um processo negociador, mas se vêem obrigados a um certo contorcionismo verbal para acentuar a insuficiência.

Martín Redrado, vice-chanceler argentino e negociador-chefe do Mercosul, lembrou que não está questionando mecanismos que "distorcem o mercado mundial" de bens agrícolas, em alusão aos subsídios europeus à exportação.

Havendo a troca de ofertas melhoradas no dia 18 de maio, o calendário de negociações será o seguinte:

- 18 de maio - troca de "ofertas melhoradas" - as trocas de ofertas devem envolver listas em agricultura, PAPS (produtos agrícolas processados), investimentos, serviços e bens industriais.
- 26 ou 27 de maio- discussão "informal" entre representantes dos dois lados sobre as ofertas trocadas durante a Cúpula de Guadalajara (26 ou 27 de maio);
- 07 a 11 de junho - XIV CNB em Buenos Aires;
- 14 de junho - tentativa de organização de uma mini-ministerial Mercosul-UE durante a reunião da UNCTAD, em S. Paulo - para discutir temas pendentes.

**El comercio Inter-bloques** - El Mercosur cuenta con la UE como principal socio comercial, con exportaciones que han llegado a 23 600 millones de euros en 2001. El 48% de este valor corresponde a la venta de productos agrícolas. Por lo tanto, el principal interés del MERCOSUR en la ronda de Bruselas es obtener una propuesta europea atractiva en términos de mayor apertura de mercado para los alimentos provenientes del bloque, limitados en el viejo continente por medidas proteccionistas como subsidios a diversos tipos de cultivos y restricciones sanitarias formateadas para excluir las mercancías de grandes países productores en el sector agrícola como los sudamericanos. (*Argenpress, 08 maio 2004*).

### **Indústria automotiva pede acordo separado-**

A delegação de representantes dos fabricantes de veículos e de autopeças do Brasil, que está em Bruxelas para fazer valer os interesses do setor na negociação de um acordo comercial com a União Europeia, reivindica regras específicas para carros e componentes e prazo de abertura máximo, de 10 anos.

Além disso, o setor automotivo reivindica proteção por mais tempo. Quer o congelamento da atual alíquota de Imposto de Importação - 35% para os veículos europeus que entram no mercado brasileiro - por dois ou três

anos, segundo Carvalhaes. Segundo Elizabeth de Carvalhaes, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a indústria considera esse tempo necessário para a adaptação das suas linhas de produtos.

As montadoras instaladas no Brasil se especializaram no desenvolvimento e produção de carros compactos. Por isso, a partir de um acordo de intercâmbio com a União Europeia, essas empresas pretendem intensificar a importação dos veículos mais caros fabricados na Europa.

Os automóveis vendidos no Brasil seguem modelo europeu. Mesmo as montadoras de origem norte-americana, como Ford e General Motors reproduzem no mercado brasileiro as configurações dos modelos vendidos pelas suas subsidiárias européias.

Entre as montadoras de carros de passeio, a Volkswagen é a mais interessada num entendimento comercial com a União Europeia. A companhia alemã já exporta a versão sedã do modelo Polo para a Europa e até o início do próximo ano deverá iniciar os embarques de uma versão do recém lançado Fox, feita especialmente para os europeus.

**A balança comercial da indústria automotiva brasileira com a Europa soma déficit de US\$ 2 bilhões por ano. Somente o setor de autopeças exportou para os mercados europeus no ano passado o equivalente a US\$ 990,7 milhões. Já as importações de componentes daquela região somaram US\$ 1,929 bilhão.**

Assim, a estratégia da indústria é concentrar no Brasil plataformas de produção de modelos não produzidos pelas fábricas da Europa - os carros pequenos. Mercados como a República Checa, Polônia e Eslovênia podem ser potenciais compradores de carros fabricados no Brasil na avaliação dos executivos do setor.

Os importadores independentes também já reivindicaram ao governo brasileiro participação nas cotas de intercâmbio com a União Européia. A Associação Brasileira das Empresas Importadoras (Abeiva) quer participação de 8% na cota, estimada pela entidade em 60 mil veículos por ano. Dessa forma, as marcas européias BMW, Ferrari, Maserati e Porsche seriam beneficiadas com imposto mais baixo. (Valor Economico, 07/05/04)

**Pesca cria contencioso entre blocos-** A oferta da União Européia para melhorar o acesso do pescado do Mercosul ao mercado comunitário foi rejeitada pelo bloco do Cone Sul, nas negociações desta semana em Bruxelas. A UE acenou com poucas concessões, como eliminar em quatro ou sete anos a tarifa de importação de merluza da Argentina e dar quota para o atum brasileiro, mas a um preço muito alto: o direito de pescar nas águas territoriais do Cone Sul.

Brasília rejeita as condições européias, feitas por regras como as da origem do peixe, criação de porto internacional e estímulos a joint-ventures entre empresas dos dois blocos. Segundo Gerson Teixeira, representante da Secretaria de Pesca nas negociações em Bruxelas, a condicionalidade européia fere o direito sobre o mar territorial e atinge a soberania nacional.

A União Européia não reconhece a propriedade do pescado capturado na zona econômica exclusiva ao estado costeiro. Só aceita o direito de um país sobre 12 milhas de sua costa. Assim, um peixe pescado além desse limite, na América do Sul, por um barco de um país da UE, é alocado na cota do país europeu.

Mas Brasília adota a estratégia de não abrir nenhuma discussão sobre a quem pertence o produto da pesca da zona econômica exclusiva, que é de 200 milhas territoriais. Também recusa a demanda européia de tornar Vitória ou Cabedelo (Paraíba) portos internacionais - o que permitiria aos europeus, depois de pescar nas 200 milhas, comercializar o produto na pesca para o resto do mundo sem sair do Brasil. A Espanha conseguiu esse tipo de acordo bilateral com o Uruguai no passado.

Além disso, a UE mantém "sérias pressões" para o Brasil não criar frota nacional de navios pesqueiros. Acena com criação de empresas mistas, pelas quais poderia desembaraçar parte de navios ociosos hoje no velho continente. Já o Brasil tem um programa de R\$ 2 bilhões para uma nova frota. (Valor Econômico, 07/05/04)

**El impacto del acuerdo con la UE sobre la Argentina** - El Centro de Economía Internacional de la Cancillería difundió un estudio según el cual la oferta exportable argentina a la UE es de diferente composición a la que ofrecieron con arancel "0", países como Polonia, Hungría y otros del centro y este europeos que tendrán membresía en UE. Pero algunos productos puntuales como ciertas carnes y agroalimentos o aceites podrían ser desplazados. Luego, un acuerdo Mercosur-UE lo atenuaría.

Hernán Lacunza, director del CEI, dijo a Clarín que "hay ventajas en la ampliación en el hecho que los 10 países importan cada año US\$ 200 millones, por lo que se agrega demanda a nuestros productos. Y no compiten con nosotros pues de lo que venden a la UE sólo 5% son agroalimentos, en tanto que en nuestro caso ese rubro es 75% del total"

Con todo, aceptó, a largo plazo podrían verse afectadas manufacturas de origen industrial, "que ellos sí venden y nosotros eventualmente podríamos colocar si avanza el acuerdo Mercosur-UE".

Al cuantificar las amenazas de la expansión de la UE dijo que abarcan exportaciones anuales por US\$ 681 millones (14% de la exportación total argentina a ese mercado), referidas a algunas frutas, bebidas, maíz, hierro, acero o aluminio. Pero los principales productos de exportación, como soja y carne bovina, no están amenazados. Y habrá mejores oportunidades también en frutas, cereales, cueros, algodón y productos químicos, entre otros.

Sobre subsidios al campo, Lacunza recordó que "la UE congeló su presupuesto actual, de unos 45.000 millones de euros, por 10 años y ahora deberá repartirlo ya no entre 15 sino entre 25 países", por lo que ahí no habrá impacto negativo general para el Mercosur, aunque sí más *lobby* de los nuevos socios sobre el reparto de los sostenes oficiales. Clarín, 30/04/04

**Movimientos sociales da AL e Europa discutirão acordo em Guadalajara** -Entre os dias 27 e 29 de maio, chefes de Estado e de Governo da Europa, da América Latina e Caribe estarão em Guadalajara (México) para discutir a integração entre os dois continentes. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais latinos, caribenhos e europeus tomarão parte do "Encontro Social UE-AL-Caribe – Traçando Alternativas". A programação do encontro vai discutir que integração pode ocorrer entre países com realidades tão distintas, com diferentes níveis de desenvolvimento na atual conjuntura de fortalecimento da doutrina do livre comércio e militarização das relações entre as nações mais ricas e mais pobres.

## Mercosul-CAN

**IX Reunión Comunidad Andina – Mercosur** -Se realizó en la ciudad de Lima, República del Perú, los días 26 al 30 de Abril de 2004, la Novena Reunión entre los Estados Partes del MERCOSUR y las Repúblicas de Colombia, Ecuador y Bolivariana de Venezuela, Países Miembros de la COMUNIDAD ANDINA, con el propósito de incorporar los acuerdos alcanzados en materia de concesiones arancelarias y cronogramas de desgravación así como de Requisitos Específicos de Origen en los anexos correspondientes del Acuerdo de Complementación Económica No. 59 suscrito el 16 de diciembre de 2003 para su protocolización en ALADI.

La Delegación de la COMUNIDAD ANDINA estuvo coordinada por el señor Director de Negociaciones Internacionales del Ministerio de Comercio Exterior de Ecuador, Álvaro Dueñas.

La Delegación de MERCOSUR estuvo coordinada por el señor Director de Integración Económica Latinoamericana del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina, Ministro Gustavo A. Moreno.

Las delegaciones acordaron que la Primera Reunión de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica No. 59 se lleve a cabo 30 días después de la entrada en vigencia del Acuerdo ([www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 30 abril 2004).

## ALADI

**Países de la ALADI avanzan hacia la creación de un espacio de libre comercio regional**- El Secretario General de la ALADI, el embajador venezolano Juan Francisco Rojas Penso, presentó en Montevideo, sede del Organismo, el Informe sobre la Evolución del proceso de Integración de América Latina correspondiente al año 2003.

Subrayó Rojas Penso que "luego de seis años, la integración regional pudo desenvolverse en un clima de recuperación de las economías de los países de la Asociación, que el año pasado crecieron, en promedio, a un ritmo del 1.6% con perspectivas prometedoras para el 2004, cuando se estima que el producto bruto interno aumentaría en todos los países en una cifra que se situaría en torno al 3,5%".

En relación con el proceso de integración, el Informe del Secretario de la ALADI destaca que más allá del enfriamiento de las negociaciones en la OMC y las del ALCA, durante el año 2003 los gobiernos de los países miembros reafirmaron su vocación latinoamericanista destacándose, fundamentalmente, la conclusión en diciembre pasado de las negociaciones entre la CAN y el MERCOSUR. Como resultado de ese acuerdo, de las 66 relaciones bilaterales intrarregionales posibles, 49 de ellas están orientadas hacia la conformación de zonas de libre comercio, esperándose que en el año 2007 se haya alcanzado una liberación total de poco más del 87% del intercambio comercial.

En el Informe se señala que la culminación de las mencionadas negociaciones constituye la muestra más fehaciente de la voluntad política de los gobiernos latinoamericanos de enfrentar conjuntamente los retos que le ha impuesto a la región la globalización de la economía internacional. Frente a esos desafíos, coexisten dos visiones. Una de ellas preconiza una respuesta individual por la vía de los acuerdos bilaterales con las naciones industrializadas. La otra, plantea que tales retos serán enfrentados adecuadamente solo en el marco de la profundización del proceso de integración regional ([www.aladi.org](http://www.aladi.org), 07 maio 2004).

**Países prevêm 50% de Doha até julho** - Todos os participantes da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) destinada a promover avanços substanciais para a retomada e conclusão da Rodada Doha, interrompida em Cancún, no México, deixaram Paris manifestando otimismo e acreditando no relançamento das negociações.

Países ricos e pobres, do G-7 e do G-20, por meio de seus representantes como o secretário do Comércio dos EUA, Robert Zoellick, os comissários europeus do Comércio e da Agricultura, Pascal Lamy e Franz Fischler, e também o chanceler brasileiro Celso Amorim, destacaram a boa vontade de todos de chegar até julho a um acordo que possa representar pelo menos 50% do programa previsto pela Rodada Doha.

Quase todos também concordam que existe ainda "muito trabalho técnico pela frente", daí uma certa moderação. Só o presidente francês Jacques Chirac não parece estar convencido e ainda ontem voltou a criticar a iniciativa européia de suprimir subsídios à exportação.

O ministro Amorim acha que progressos foram constatados no setor da agricultura, que é o centro da rodada, mas também "um progresso bastante nítido nas questões sobre os subsídios à exportação", além de considerar "novas fórmulas para as questões de acesso a mercados que separam os países ricos dos pobres". A seu ver, o essencial é que os subsídios à exportação sejam eliminados e outras fontes distorcidas de subsídios pelo menos consideravelmente reduzidas. Já o problema de acesso aos mercados de países é uma questão mais complexa, pois segundo Amorim é necessário proteger países mais pobres, como a Índia e seus 600 milhões de agricultores, mas também o Brasil.

Já o secretário do Comércio Robert Zoellick manifestou-se satisfeito com os resultados obtidos com sua carta aos ministros, onde ele mantém a proposta americana de 2002 e prevê eliminação total dos subsídios à exportação, além da redução dos obstáculos para acesso a mercados americanos. Seu país está disposto a gestos suplementares, tornando mais duras as condições de créditos a seus agricultores, mas tomando cuidado para que a ajuda aos países pobres não seja prejudicada. Na sua análise, ele considerou também positivas as propostas da UE, combinando flexibilidade e ambição para se chegar a um acordo.

Zoellick disse que o mundo se encontra numa encruzilhada e, desbloqueadas as negociações, haverá possibilidade de ampliar ainda mais a retomada do crescimento. A seu ver, houve progressos "em todas as frentes". Já o comissário Pascal Lamy preferiu comparar a negociação com um vulcão e suas três fases: quando ele dorme, solta fumaça e entra em erupção. "A meta é chegar a 50% do programa de Doha até julho", disse Lamy.

**O G20** – O Secretário de Comércio, Robert Zoellick sugeriu que o G20 apresente uma proposta sobre o acesso aos mercados, a ser examinada na próxima reunião da OMC. "É o passo crucial que se espera do G20", afirmou Zoellick. Segundo o Chanceler Amorim, o G20 vai trabalhar intensamente para chegar a uma proposta sobre o acesso a mercados na primeira semana de junho, quando o comitê agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC) volta a se reunir. "Hoje está claro, e é aceito, que acontecerá uma eliminação dos subsídios à exportação. Ou então não existirá rodada de Doha", disse.

Amorim preferiu falar de um "arcabouço de proposta", devido ao curto prazo do G20 para tentar conciliar as reivindicações e ambições dos países emergentes com as exigências dos países ricos. O chanceler brasileiro não comentou as objeções já formuladas pela França, por exemplo, que exige o "paralelismo completo". Ou seja, a eliminação das subvenções às exportações pela União Européia tem de corresponder a concessões de igual monta por parte dos Estados Unidos, do G20 e do Grupo de Cairns.

Por isso mesmo, o presidente Jacques Chirac não demorou a manifestar suas reservas à iniciativa tomada pelos comissários europeus para o Comércio e para a Agricultura, Pascal Lamy e Franz Fischler, nas vésperas da reunião de Paris, propondo a supressão das subvenções agrícolas da União Européia sem a garantia da reciprocidade pelos demais países.

A UE exige também que as nações mais pobres, aglutinadas no G90 (todos os países africanos, vários do Caribe e da Ásia), tenham seus interesses preservados, sobretudo em relação às

concessões que receberiam sem a necessidade de contrapartida. Não são poucos os analistas que vêem nesse altruísmo em relação aos pobres uma manobra da UE para tenta dividir os países em desenvolvimento e desestimular a expansão do comércio Sul-Sul (entre nações em desenvolvimento). (*Estado de SP e Correio Braziliense - 15/05/04*)



## Union Europea-Mercosur ¿Quién tiene la pelota?

*Por: Pablo Kummetz*

**O el balón es muy pequeño o alguien lo ha escondido. En las negociaciones entre la Unión Europea y el Mercosur que se llevan a cabo en Brasilia, ambas partes dicen que la pelota la tiene el otro.**

'El balón lo tiene claramente el MERCOSUR', dice Franz Fischler, comisario de la UE de Agricultura, Desarrollo Rural y Pesca. 'No, la pelota la tiene la UE', responde Regis Arslanian, director general para negociaciones internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, que representa al MERCOSUR.

Lo que parece un partido de fútbol son en realidad duras negociaciones de liberalización comercial entre ambos bloques. El MERCOSUR aspira sobre todo a que la UE abra sus mercados para las exportaciones agrícolas, ganado y aves de corral. La UE, por su parte, quiere acceder a las licitaciones públicas, las telecomunicaciones, las inversiones y los servicios financieros en el MERCOSUR en forma preferencial.

**¿Ablandando posiciones?** - Pero eso no es todo. Según analiza el diario Financial Times en su edición en alemán, la oferta de la UE tendría como intención también ablandar la oposición de los países en desarrollo a las propuestas de los países industriales en las actuales negociaciones en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Según el diario, haciendo algunas concesiones, la UE aspira a ganar como aliados a Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Si el MERCOSUR accede, agregó el Financial Times, ello podría dinamitar tanto el grupo Cairns, una coalición de exportadores de productos agrícolas, como el G-20. Este último, una coalición de grandes países en desarrollo liderados por Brasil, exige en las actuales negociaciones de la OMC la apertura de los mercados agrícolas y el fin de las subvenciones a los productores de ese sector en los países industriales en general.

**Dimes y directes-** Mientras tanto, las dimes y directes continúan. 'Hemos presentado nuestra oferta a la UE el 16 de abril', dijo Arslanian con ocasión de la visita de Fischler a Brasilia, luego de haber pasado por Buenos Aires.

El MERCOSUR apuesta fuerte. 'Proponemos eliminar tarifas aduaneras para el comercio del 84% de los bienes intercambiados con la UE y ofrecemos garantías de participación de la UE en mercados como el financiero', agregó el brasileño.

'Verdaderamente fue una propuesta muy pobre y no tiene ningún elemento nuevo en las áreas que más nos interesan, tales como la de servicios y licitaciones públicas, por lo que en realidad no se puede hablar de una nueva base de negociaciones', respondió Fischler en una rueda de prensa en Brasilia.

**Sorpresas tiene la vida-** Funcionarios de la cancillería brasileña reaccionaron con sorpresa y estupor antes las declaraciones del comisario europeo. 'La prueba de que presentamos ofertas mejoradas es que los negociadores europeos estaban preparados en Buenos Aires para comentarlas, pedir aclaraciones y hacer sugerencias', manifestó Arslanian.

Por su parte, el ministro de agricultura de Brasil, Roberto Rodrigues, consideró que la oferta de la UE en materia agrícola es 'insuficiente' y precisó que propone cuotas de importación para los productos 'sensibles', pero sin especificar las cantidades.

Entre los sectores 'sensibles' para la UE se cuentan la carne bovina y el azúcar, uno de los productos más subsidiados en la Unión. Según fuentes del sector privado brasileño citadas por el diario Valor Económico, la UE está ofreciendo en las negociaciones una cuota de importación

de 1000 millones de litros de alcohol anuales, como forma de compensar la protección del azúcar.

'Sería un excelente comienzo', dijo Luiz Carlos Correa Carvalho, presidente de la Cámara de Azúcar y Alcohol, que recordó que Brasil produce 14.000 millones de litros de alcohol por año, de los que exporta sólo 1,1 millones. La oferta de la UE permitiría duplicar las ventas de Brasil al exterior. Siempre y cuando no terminemos todos borrachos. (*Deutsche Welle, 30/04/2004*)

## **Olhar para o leste e salvar a Europa**

*Por Jacques Rupnik*

Qual é o futuro do modelo de "mercado social" europeu? Ele poderá sobreviver à expansão da UE?

Costuma-se dizer que o modelo sócio-econômico da Europa Continental, que procura combinar competitividade com solidariedade, é a cola que mantém a União Européia unida, além de diferenciar a Europa do modelo americano (ou anglo-saxônico) de livre mercado.

Certamente, a resposta da Europa à globalização é a de que certas esferas da vida social, como serviços de saúde, educação, meio-ambiente ou cultura não podem ser deixados aos ditames do mercado.

Na superfície, parece que a continuada integração da Europa avançava lado a lado com o desenvolvimento do Estado do Bem Estar Social. Mas essa percepção é enganosa; o modelo social europeu é, na verdade, uma parte essencial da identidade dos países membros da UE, mais do que da própria UE.

De fato, há quem sugira que a UE frequentemente procura erodir o Estado de Bem Estar Social. Esse receio contribuiu para a indecisão de países como a Dinamarca e a Suécia apoiarem uma maior integração européia. Nos dois países, maiorias votaram contra a adoção do euro porque temiam que as normas previdenciárias nacionais poderiam ser limitadas.

Há portanto, em toda a Europa, uma questão central: qual é o futuro do modelo de "mercado social" europeu? Ele poderá sobreviver à expansão da União de 15 membros para 25 membros?

Muitos integrantes da União Européia olham para os recém-chegados da Europa Central e Oriental e enxergam países que em grande parte buscam aderir ao modelo liberal de livre mercado. Depois de consumirem uma década desmantelando os escombros do socialismo de Estado, a maioria desses países manifesta irritação à idéia de importar a visão de solidariedade do mercado social europeu através da UE.

Suas posições transcendem a filosofia política. Há também um pouco de oportunismo em ação, pois eles indiscutivelmente também se opõem à regulação da tributação e das normas sociais pela UE, cuja adoção lhes negaria sua vantagem comparativa para os investidores ocidentais.

Apresentando crescimento zero e taxa de desemprego de 10%, o "modelo Rhineland" da Europa Ocidental não mais representa o exemplo que os países em busca de reformas socioeconômicas radicais querem reproduzir. Se o modelo de mercado social europeu quiser sobreviver à ampliação, deverá encontrar uma maneira de se expandir rumo ao Leste junto com a União Européia. Mas isso só poderá ser realizado se o modelo for reformado no Ocidente.

O antigo modelo social europeu está desgastado, sua reinvenção implica redefinir o significado da solidariedade nos países membros e na UE

Dois fatores podem ajudar a iniciativa da União Européia a avançar na direção certa. Primeiro, os recém-chegados compartilham um problema que minou o modelo de mercado social na Europa Ocidental: declínio demográfico e, conseqüentemente, a perspectiva de alta súbita nos custos previdenciários e de serviços de saúde. As populações da República Tcheca, Hungria, Polônia e Estônia estão envelhecendo e declinando em velocidade igual à das populações da Espanha ou Itália. Portanto, a necessidade de reformar os sistemas de aposentadoria e de serviços de saúde é semelhante em todos esses países.

Segundo, as atitudes com respeito ao sistema de mercado social são extraordinariamente semelhantes na Europa Ocidental e Oriental. De acordo com a pesquisa de atitudes "Pew Global Attitude", existe um significativo grau de convergência entre os europeus da Europa Central e

da Europa Ocidental relativo ao equilíbrio entre o mercado e uma rede de segurança social garantida pelo Estado.

Se os recém-admitidos adotarem o modelo de mercado social, esse modelo deverá funcionar em toda a União Européia, oferecendo-lhes aquilo que ofereceu aos membros da UE no passado. Infelizmente, este ainda não é o caso.

Em vez disso, a ampliação está sendo realizada segundo algo que pode ser descrito como o princípio da "integração assimétrica". A assimetria facilitou uma transferência das normas da UE e a convergência institucional para o Leste, porém não acarretou nenhuma transferência proporcional de recursos. O poder regulador da UE assumiu precedência sobre seus poderes redistributivos.

Mas a autoridade reguladora da União Européia provavelmente só será aceita pelos países ingressantes se ela se mantiver ligada à ética redistributiva que está no cerne do modelo social da União Européia. A regulamentação sem redistribuição poderá minar a legitimidade da União Européia entre os recém-chegados.

Um relatório elaborado para a presidência da Comissão Européia por uma equipe de especialistas encabeçada por Jacques Sapir defendeu abertamente uma reorientação das políticas de "coesão" da União Européia voltadas para o Leste, isto é, em prol dos que mais necessitam delas. Sem dúvida, se o modelo de mercado social for se expandir para o Leste - garantindo, assim, sua viabilidade dentro de toda a União - essa é a única alternativa viável.

Mas essa idéia coloca em risco os atuais beneficiários das práticas redistributivas da União Européia, ou seja, Espanha (que agora recebe mais de um terço dos fundos de coesão da União) e a Grécia (que recebe cerca de um quinto), bem como a Irlanda. Os países que mais se beneficiaram da solidariedade européia durante os 20 anos passados são, portanto, os menos ansiosos em compartilhar com seus parentes pobres do Leste.

O antigo modelo social europeu está desgastado. Sua reforma - ou melhor, sua reinvenção - implica redefinir o significado da solidariedade, tanto dentro dos países membros como na União Européia como um todo. Para que a reforma tenha êxito, no entanto, um pouco da solidariedade à moda antiga estendida em direção ao Leste agora será a melhor forma de assegurar o comprometimento dos mais recentes membros da UE à integração européia. (FSP, 29/04/04)

*Jacques Rupnik é diretor de pesquisas no Ceri, em Paris, e professor visitante no College d'Europe em Bruges. Project Syndicate/ Institute for Human Sciences.*

## O prêmio da coragem

*Rubens Ricupero*

Nunca antes houve unanimidade igual nos editoriais principais do "Wall Street Journal", do "Financial Times" e do "New York Times". Direita, centro e centro-esquerda, todos, no dia 28, quarta-feira, aplaudiram a sentença em favor do Brasil, no caso dos subsídios ao algodão dos EUA.

Mas, se é assim unânime a condenação da prática, até num dos países que mais a utilizam, como explicar que ela não acabe? E, se todos pensam que os subsídios são errados, por que custou tanto para condená-los na OMC (Organização Mundial do Comércio), e isso apenas após o Brasil ter tido a ousadia de contestá-los num processo?

A resposta é muito simples: a unanimidade é parcial, inclui os economistas, especialistas em comércio, analistas de boa-fé. Não se estende, porém, aos beneficiários dos subsídios e políticos que os protegem. Foi por isso que o assunto provocou um pronunciamento pouco habitual do próprio porta-voz da Casa Branca: o governo não hesitará em lançar mão de qualquer meio para continuar a apoiar os produtores. Não se pense que sejam pequenos proprietários pobres. A imensa maioria é formada pelos "barões do algodão", do National Cotton Council, o mais poderoso lobby agrícola norte-americano. Quase todos do Texas e do Mississippi, base da atual administração.

Em outras palavras, uma coisa é o processo socrático da busca da verdade, a teoria do livre comércio de David Ricardo e de seus modernos epígonos, que alimenta a ideologia oficial dos EUA e de outros países. Outra, não só diferente mas oposta, é a prática que possibilita aos americanos controlar mais de 40% do mercado exportador algodoeiro, não obstante um elevado

custo de produção. É uma questão não de justiça e verdade, mas de interesse econômico traduzido em termos de poder. O Tesouro de Washington despende, em média, de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano para subsidiar o algodão. Entre 1999 e 2003, os cotonicultores embolsaram US\$ 12,47 bilhões do governo, enquanto o valor total da safra foi de US\$ 13,94 bilhões, isto é, uma taxa de subsídio de 89,5% ou quase 90%! Em 2002, os subsídios foram superiores ao valor da colheita, mais de 100%!

Sendo assim tão evidente a aberração, não teria sido natural que outros países, maiores produtores e exportadores de algodão que o Brasil, tivessem tomado a iniciativa de abrir um processo havia mais tempo? Por que não o fizeram? Aqui a resposta é simplesmente o medo, medo de todo o gênero. O primeiro é o medo de perder, porque as regras da OMC em matéria agrícola são péssimas. A OMC saiu do Gatt -e esse foi, durante muito tempo, um clube exclusivo de países ricos interessados apenas na redução das tarifas sobre produtos industriais. Não lhes interessava -e isso permanece verdade até hoje- liberalizar a agricultura, protegida por todos eles e que, na época da constituição do Mercado Comum Europeu, era o compromisso político indispensável à participação da França, a mais favorecida pela Política Agrícola Comum de Bruxelas.

É significativo, no entanto, que o primeiro ato fatal para excluir a agricultura das regras comerciais do Gatt tivesse sido um "waiver" ou exceção, concedida aos EUA no início dos anos 50, há meio século, portanto. A situação foi agravada, anos mais tarde, por uma sentença permitindo que produtos elaborados, como a farinha de trigo ou o azeite de oliva, fossem considerados agrícolas e primários, dispensados, assim, das disciplinas incidindo sobre as manufaturas. É essa a origem longínqua da mais grave assimetria e injustiça do sistema comercial: a desigualdade de tratamento entre os produtos industrializados -para os quais, na prática, todos os subsídios são proibidos- e os agrícolas, nos quais a maioria das subvenções continua a ser legal e inobjetable porque esse status viu-se consagrado na Rodada Uruguai.

Quando a lei é ruim, por melhor que seja o advogado, é difícil ganhar o processo. Ainda mais tendo do outro lado o país mais poderoso do mundo, com centenas de advogados e economistas para influenciar a OMC e dinheiro a rodo. O Brasil teve de valer-se de uma brecha estreita, não na lei, mas na prática. Não contentes com os bilhões de subsídios autorizados de mão beijada na Rodada Uruguai, os vorazes cotonicultores ianques exigiram o fruto proibido das vantagens ilegais.

Como provar, contudo, um segredo guardado a sete chaves? Até fins de 2002, o governo de Washington recusou-se a fornecer à OMC os dados sobre produção, alegando que não os tinha. Quase por milagre, um jovem estudante, membro da equipe brasileira, descobriu, num trabalho de detetive, que existia em Kansas City um banco de dados do próprio Usda (Ministério da Agricultura americano) com dados minuciosos sobre cada fazenda beneficiada. Também ajudou muito o estudo econométrico do professor da Universidade de Davis, da Califórnia, Daniel Sumner, um dos maiores especialistas no tema, ex-funcionário oficial, tratado como traidor pelos barões do algodão.

O medo, entretanto, persistiu. No caso, medo de quebrar financeiramente, pois os processos na OMC custam somas astronômicas em advogados e pesquisa de apoio. O que nos salvou foi a disposição da entidade nacional dos produtores de algodão de bancar os custos heroicamente porque, em certo momento, as coisas ficaram pretas. É esse um dos melhores exemplos que conheço no Brasil de o setor privado juntar-se ao setor público, com recursos humanos e financeiros, para lutar uma batalha comum. Aliás, é esse um dos aspectos que mais me alegram o coração de brasileiro, para roubar uma expressão de Domicio da Gama.

É essa natureza de obra comum e coletiva que me encoraja, dos produtores e do governo, mas também dos governos, isto é, do anterior e do atual. Sim, porque é preciso não esquecer que a iniciativa do processo em açúcar, deste e do ainda não-concluído contra a União Européia, partiu do governo passado e do ministro Celso Lafer, que criou no Itamaraty todo um setor novo de contencioso, confiando-o às mãos competentes de Roberto Azevedo. O governo presente e o ministro Celso Amorim levaram avante o esforço com decisão e espírito de continuidade, colhendo agora os resultados.

No artigo "Uma guerra justa" (14/04/02) eu saudava, nesta mesma coluna, a decisão corajosa de iniciar os processos, merecedora de apoio, para ganhar ou para perder, já que os riscos eram grandes. Hoje, aplaudo todos os batalhadores dessa campanha, que, conforme escrevi então,

poderá levar a "decisão histórica, capaz de mudar para sempre alguns dos desequilíbrios mais gritantes do sistema mundial de comércio". (FSP,02/05/04)

Rubens Ricupero, 67, é secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

### UE: Países membros até 30 de abril

Alemanha	Finlandia,	Luxemburgo
Austria	França	Portugal
Belgica	Holanda	Reino Unido
Dinamarca	Irlanda	Suecia
Espanha	Italia	Grecia

### Novos membros a partir de 01 de maio de 2005

Chipre	Hungria	Polonia
Eslovaquia	Lituania,	República Tceca
Eslovenia	Letonia	
Estonia	Malta	

### Mapa Geopolítico da União Européia com 25 Estados Membros



Os mapas brancos são dos países que não integram a UE – Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldóvia, Quazaqstan, Islândia, Noruega

### Desigualdades colocan en jaque acuerdo entre el Mercosur y la Union Europea

Representantes de los países de Mercosur y de la Unión Europea (UE), están reunidos en la sede de la Europa unificada, en Bruselas, Bélgica, para definir los compromisos mutuos necesarios para la implementación en octubre de este año de la zona de libre comercio entre ambas regiones. Sin embargo, el acuerdo sólo existirá con concesiones de ambas partes, siendo que ninguna durante los cuatro años en que ha transcurrido esta negociación se haya dispuesto a ceder primero.

Diferentemente del ALCA, el acuerdo intercontinental pretende abarcar las relaciones políticas y de cooperación entre las dos regiones, no sólo las comerciales. Actualmente, la UE es el primer donante de ayuda al Mercosur. Los fondos destinados por la Unión Europea a la cooperación regional y bilateral con este grupo durante 2000-2006 ascienden a cerca de 250 millones de euros

El Mercosur cuenta con la UE como principal socio comercial, con exportaciones que han llegado a 23 600 millones de euros en 2001. El 48% de este valor corresponde a la venta de productos agrícolas. Por lo tanto, el principal interés del Mercosur en la ronda de Bruselas es obtener una propuesta europea atractiva en términos de mayor apertura de mercado para los alimentos provenientes del bloque, limitados en el viejo continente por medidas proteccionistas como subsidios a diversos tipos de cultivos y restricciones

sanitarias formateadas para excluir las mercancías de grandes países productores en el sector agrícola como los sudamericanos.

Por otro lado, la Unión Europea se queja del aislamiento de países como Brasil en sectores como el de servicios, deseando con el acuerdo ampliar la presencia en áreas como la energética y de productos industrializados, además de mayor acceso de los europeos a inversiones públicas.

'Las ofertas del bloque sudamericano no son equivalentes al esfuerzo del bloque europeo en ceder en el área de agricultura. La UE está dispuesta a hacer una importante oferta agrícola cuando Brasil mejore sus ofertas en compras, servicios e inversiones', coloca el consejero de Asuntos Comerciales de la Delegación de la Comisión Europea en Brasil, Jorge Aznar, resumiendo el conflicto entre los dos bloques. Por ello, Aznar afirma que 'el contenido del acuerdo de libre comercio con el Mercosur es más importante que el plazo' de la firma.

Pero organizaciones como la Alianza Social Continental apunta para datos relevantes que deben ser tomados en cuenta antes de la concertación de la integración, como las profundas asimetrías económicas y tecnológicas entre el Mercosur y la UE. Esta liberalización significaría mayor libertad de remesas de los lucros obtenidos en Sudamérica por las corporaciones europeas, bloqueando la posibilidad de que los próximos gobiernos regulen la repatriación del capital extranjero relativo a inversiones en estos sectores.

Sin embargo, la principal preocupación reside en la perspectiva de que las concesiones hechas por el Mercosur para lograr las ventajas de incrementar la venta de productos agrícolas a la UE incluyan permitir la intervención ajena en sectores estratégicos para el desarrollo de las naciones sudamericanas.

Aunque el gobierno brasileño niegue que las negociaciones con la UE impliquen la desarticulación del bloque de países en desarrollo para actuar intencionalmente en foros económicos como la Organización Mundial de Comercio (OMC), la entidad teme que ello se concrete. 'En el nuevo mapa de las negociaciones globales y de la relevancia del papel del llamado G-20 en defensa de los intereses de los países en desarrollo, el entusiasmo y la 'generosidad' de la UE pueden estar siendo una maniobra para quebrar el bloque y minar las posibilidades de un encaminamiento más justo de las negociaciones internacionales del comercio' advierte. (*fuentes: Adital, 08/05/04*)

Para contacto use o e-mail [msilvia@uol.com.br](mailto:msilvia@uol.com.br)